



**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO  
PERMANENTE DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 9  
DE MARÇO DE 2020: -----**

----- Aos nove dias do mês de Março do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Viana do Castelo e no salão nobre da Câmara Municipal sita no edifício da Câmara Municipal, realizou-se uma reunião da Comissão Permanente sob a presidência de Maria Flora Moreira da Silva Passos Silva, Presidente da Assembleia Municipal e a presença dos Deputados Municipais José Carlos Resende (PS), Manuel Rodrigues Salgueiro (JFI), Sara Brota (PSD), Joaquim Rocha Neves (CDU), Sónia Carvalho (CDU), Jorge Teixeira (BE), e José Augusto Meleiro Rodrigues (CDS/PP). Secretariou a Coordenadora Técnica da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Georgina Maria Ferreira Marques. A Câmara Municipal fez-se representar pela Vereadora Carlota Borges. Estiveram também presentes a convite da Comissão Permanente da Assembleia Municipal o Sr. Juiz Desembargador Dr. José Júlio Pinto, Presidente da Comarca, que se fez acompanhar pelo juiz desembargador Joaquim Patrício. Pelas dezassete horas e trinta minutos, foi declarada aberta a reunião. -----

**(01) “JUSTIÇA E JUIZES SOCIAIS”:-** A Presidente da Assembleia abriu a sessão cumprimentando todos os presentes e agradecendo de forma especial ao Sr. Juiz Presidente da Comarca de Viana do Castelo, Dr. José Júlio Pinto e ao juiz que preside o Tribunal de Família e Menores, Dr. Joaquim Patrício, a total disponibilidade

## **Mandato 2017-2021**

para participarem nesta reunião informal sublinhando o que esta representa da consideração e respeito democráticos por este órgão do poder local. Após algumas considerações sobre o motivo que levou a Comissão Permanente de Acompanhamento da Assembleia Municipal a solicitar a reunião (eleição dos juizes sociais nos termos do Decreto-Lei nº 156/78 e o estado da justiça no distrito), a Presidente passou a palavra ao Dr. Juiz Presidente da Comarca de Viana do Castelo que esclareceu sobre a importância da ação destes juizes nos casos extremos de disfuncionalidade familiar e sobre tramites legais. De seguida o Sr. Juiz Joaquim Patrício falou da sua experiencia positiva e otimista sobre o papel dos juizes sociais explicitando que são chamados em número reduzido (cerca de 6 por ano), e só intervêm na fase de julgamento, votando em 1º lugar o juiz social mais novo, depois o juiz social mais velho e só depois o juiz do tribunal, no mesmo plano de igualdade. Para o caso de necessidade de internamento de jovens entre os 12 e os 16 anos, os juizes sociais são chamados por indicação do Conselho Superior de Magistratura ou do Ministério da Justiça aos quais, nos termos da lei, foi enviada a lista aprovada pela Assembleia Municipal. De seguida foram colocadas várias questões pelos seguintes membros da Assembleia Municipal:- Luis Jorge Videira sobre o drama de se retirar as crianças aos pais quando a solução deveria ser a de se ajudar a família; José Carlos Resende, sobre o processo de escolha, os casos mais comuns que chegam a tribunal e o estado da Justiça; Jorge Teixeira sobre a avaliação do desempenho dos juizes sociais. Presidente da Assembleia Municipal sobre a necessidade de formação. Sara Brota sobre o numero de casos registados. Cristina Morais sobre o desajuste à realidade

af  
S

atual de uma lei de 1978. José Meleiro sobre a adequabilidade de equipamento e a necessidade de proteção policial nos casos mais graves. Seguidamente o Juiz Joaquim Patrício considerou que Viana do Castelo é um caso muito positivo, em contraste com a sua experiência, por exemplo, no Tribunal de Família e Menores de Vila Franca de Xira, quer na atitude dos juízes sociais quer nas respostas sociais, salientando as decisões sempre consensuais. O juiz José Júlio Pinto salientou que a Comarca de Viana do Castelo do ponto de vista estrutural é das melhores a nível nacional e que o Tribunal responde bem às necessidades. Acrescentou ainda uma análise pormenorizada sobre as estruturas judiciais do distrito, sendo que as maiores dificuldades são as verbas para a manutenção, mas que tem havido uma excelente colaboração das Câmaras Municipais. Abordando a segurança e o conflito com a segurança privada que não está preparada para a cultura judicial e fica muito cara, sugeriu que os agentes policiais da PSP e GNR, acima dos 50 anos, seriam uma boa solução. Relativamente ao acesso à justiça a morosidade dos processos disse que a situação está a melhorar, referindo que em 2014 havia 18000 processos pendentes sem julgamento feito e que em 2019 se tinha evoluído para 8000. Em conclusão o deputado Rocha Neves salientou a necessidade de se instituir um Tribunal Administrativo em Viana do Castelo, uma vez que o de Braga está completamente saturado e não dá resposta em tempo útil e ainda a necessidade de se avaliar os abusos do apoio judiciário. O deputado José Carlos Resende, tendo considerado a mais valia desta ação e a necessidade de ter acesso a mais informação estatística e eventual proposta de alteração legislativa, considerou que a Comissão Permanente deveria aprofundar

## **Mandato 2017-2021**

este debate e convidar outras instituições nomeadamente as Finanças. A Presidente da Assembleia encerrou a reunião agradecendo a presença dos deputados municipais Luis Jorge Videira e Cristina Morais, Paulo Jorge Dias, Augusto Silva, Jerusa Lopes, Manuel Barreto, David Veiga, José António Ramos e Filipe Correia da Silva, e reiterando o agradecimento de todos aos Senhores Juízes. **(02)**

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-** E, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa, pelas vinte horas, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.

  
